

**COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO SOBRE AS  
CONSEQUÊNCIAS E RESPONSABILIDADES POLÍTICAS DO  
FURTO DO MATERIAL MILITAR OCORRIDO EM TANCOS**

[Inquérito Parlamentar n.º 7/XIII/4.ª (CDS-PP)]

**Reunião n.º 1**

14 de novembro de 2018

(17 h 09 m – 17 h 29 m)

**Ordem do dia:**

1. Tomada de posse da Comissão
2. Eleição da Mesa da Comissão
3. Outros assuntos

Presidente da Assembleia da República, Eduardo Ferro Rodrigues

Presidente da Comissão, Filipe Neto Brandão

**Deputados:**

Ascenso Simões (PS)

Carlos Peixoto (PSD)

Maria Manuel Rola (BE)

Filipe Neto Brandão (PS)

António Carlos Monteiro (CDS-PP)

O Sr. **Presidente da Assembleia da República** (Eduardo Ferro Rodrigues): — Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Funcionários, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Jornalistas, muito boa tarde. Vamos dar início à reunião da tomada de posse da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre as Consequências e Responsabilidades Políticas do Furto do Material Militar ocorrido em Tancos.

*Eram 17 horas e 9 minutos.*

Passarei agora a chamar os membros efetivos da Comissão.

Sr.<sup>a</sup> Deputada Berta Cabral.

*Pausa.*

Não está presente.

Sr. Deputado José de Matos Rosa.

O Sr. **José de Matos Rosa** (PSD): — Presente, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente da Assembleia da República**: — Sr. Deputado Rui Silva.

O Sr. **Rui Silva** (PSD): — Presente, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente da Assembleia da República**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada Carla Barros.

A Sr.<sup>a</sup> **Carla Barros** (PSD): — Presente, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente da Assembleia da República**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada Fátima Ramos.

A Sr.<sup>a</sup> **Fátima Ramos** (PSD): — Presente, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente da Assembleia da República**: — Sr. Deputado Bruno Vitorino.

O Sr. **Bruno Vitorino** (PSD): — Presente, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente da Assembleia da República**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada Joana Barata Lopes.

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Barata Lopes** (PSD): — Presente, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente da Assembleia da República**: — Sr. Deputado Filipe Neto Brandão.

O Sr. **Filipe Neto Brandão** (PS): — Presente, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente da Assembleia da República**: — Sr. Deputado Ascenso Simões.

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Presente, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente da Assembleia da República**: — Sr. Deputado Diogo Leão.

O Sr. **Diogo Leão** (PS): — Presente, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente da Assembleia da República**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada Maria da Luz Rosinha.

A Sr.<sup>a</sup> **Maria da Luz Rosinha** (PS): — Presente, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente da Assembleia da República**: — Sr. Deputado Ricardo Bexiga.

O Sr. **Ricardo Bexiga** (PS): — Presente, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente da Assembleia da República**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada Sandra Pontedeira.

*Pausa.*

Não está presente.

Sr. Deputado Santinho Pacheco.

O Sr. **Santinho Pacheco** (PS): — Presente, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente da Assembleia da República**: — Sr. Deputado João Vasconcelos.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Presente, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente da Assembleia da República**: — Sr. Deputado Telmo Correia.

*Pausa.*

Não está presente.

Sr. Deputado Jorge Machado.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Presente, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente da Assembleia da República**: — Passarei agora a chamar os membros suplentes da Comissão.

Sr. Deputado Carlos Peixoto.

O Sr. **Carlos Peixoto** (PSD): — Presente, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente da Assembleia da República**: — Sr. Deputado Pedro Roque.

O Sr. **Pedro Roque** (PSD): — Presente, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente da Assembleia da República**: — Sr. Deputado Leonel Costa.

O Sr. **Leonel Costa** (PSD): — Presente, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente da Assembleia da República**: — Sr. Deputado Jorge Gomes.

O Sr. **Jorge Gomes** (PS): — Presente, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente da Assembleia da República**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada Odete João.

A Sr.<sup>a</sup> **Odete João** (PS): — Presente, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente da Assembleia da República**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada Rosa Maria Albernaz.

A Sr.<sup>a</sup> **Rosa Maria Albernaz** (PS): — Presente, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente da Assembleia da República**: — Sr. Deputado Pedro Filipe Soares.

*Pausa.*

Não está presente.

Sr.<sup>a</sup> Deputada Maria Manuel Rola.

A Sr.<sup>a</sup> **Maria Manuel Rola** (BE): — Presente, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente da Assembleia da República**: — Sr. Deputado António Carlos Monteiro.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Presente, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente da Assembleia da República**: — Sr. Deputado Álvaro Castello-Branco.

O Sr. **Álvaro Castelo-Branco** (CDS-PP): — Presente, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente da Assembleia da República**: — Sr. Deputado António Filipe.

*Pausa.*

Não está presente.

Sr.<sup>a</sup> Deputada Diana Ferreira.

*Pausa.*

Não está presente.

Portanto, regista-se a ausência de três membros efetivos e de três membros suplentes da Comissão.

Solicito agora ao Grupo Parlamentar do PS que indique o nome do Presidente.

Tem a palavra o Sr. Deputado Ascenso Simões.

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Sr. Presidente, para presidir a esta Comissão de Inquérito, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista indica o Sr. Deputado Filipe Neto Brandão. Considerando que não existe qualquer incompatibilidade, é o nome mais acertado para esta Presidência.

O Sr. **Presidente da Assembleia da República**: — Solicito ao Grupo Parlamentar do PSD que indique o nome do 1.º Vice-Presidente.

O Sr. **Carlos Peixoto** (PSD): — Sr. Presidente, se me permite, além de indicar para 1.º Vice-Presidente o Sr. Deputado Matos Rosa, o Grupo

Parlamentar do PSD gostaria de fazer uma interpelação à Mesa, a qual teria de ser feita agora, depois da tomada de posse formal, e não antes, porque, verdadeiramente, o Grupo Parlamentar do PSD não sabe se o Sr. Deputado Filipe Neto Brandão irá ou não tomar posse.

Portanto, se o Sr. Presidente me permitir o uso da palavra para suscitar essa questão...

**O Sr. Presidente da Assembleia da República:** — Já agora, permita-me que, antes, solicite ao Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda que indique o nome do 2.º Vice-Presidente.

A Sr.<sup>a</sup> **Maria Manuel Rola** (BE): — Sr. Presidente, indicamos o Sr. Deputado João Vasconcelos como 2.º Vice-Presidente.

**O Sr. Presidente da Assembleia da República:** — Então, antes de convidar o Sr. Deputado Filipe Neto Brandão a tomar o seu lugar ao meu lado, dou a palavra ao Sr. Deputado Carlos Peixoto para uma interpelação à Mesa.

**O Sr. Carlos Peixoto** (PSD): — Sr. Presidente, com esta interpelação, o Grupo Parlamentar do PSD pretende suscitar uma questão delicada, melindrosa, até, que era preferível que não sucedesse, mas que não pode deixar de ser suscitada, porque o que para nós prepondera é que os trabalhos da Comissão e o apuramento da verdade não possam, de alguma forma, ser inquinados posteriormente, por questões que podem ser resolvidas previamente.

A questão tem a ver com o seguinte, Sr. Presidente: o Sr. Deputado Filipe Neto Brandão — que, segundo o *site* da Assembleia da República, iria tomar posse, faltava apenas confirmá-lo, e será até o Deputado indigitado



para presidir a esta Comissão — foi eleito membro do Conselho de Fiscalização do Sistema de Informações da República Portuguesa (SIRP) em 15 de janeiro de 2016.

Trata-se de um Colega por quem tenho a maior estima, por quem o Grupo Parlamentar do PSD tem uma consideração pessoal muito genuína, mas, verdadeiramente, o Conselho de Fiscalização de que faz parte fiscaliza a atividade do SIRP, ou seja, dos serviços de informações da República.

Um dos serviços que integram o SIRP é o SIED, o Serviço de Informações Estratégicas de Defesa, que, nos termos do artigo 20.º da Lei Quadro, é, aliás, o único organismo nacional que está incumbido de produzir informações que contribuam para a salvaguarda do interesse nacional, da independência nacional e da segurança do Estado português.

Já sabemos qual é o objeto desta Comissão de Inquérito e é, por isso, natural e até previsível, dizemos nós, que, no âmbito deste apuramento dos factos, seja solicitada a prestação de depoimentos e a apresentação de documentos, entre muitos outros, como é evidente, aos organismos do SIRP, em particular à sua Secretária-Geral e ao SIED, cuja atuação poderá também vir a ser escrutinada por esta Comissão, em face das atribuições e das competências que tais órgãos têm.

Não sabemos que conhecimento concreto é que estes órgãos têm, mas, pelas suas competências, imaginamos que possam saber muito e que possam esclarecer a Comissão.

Então, se o foco do inquérito pode recair também na atuação do SIED ou da Secretária-Geral do SIRP e, nessa medida, de forma direta ou indireta, no Conselho de Fiscalização e nos seus membros, que fiscalizam a atividade do SIED, parece-nos evidente que há poderes e deveres acrescidos pelo cargo que é desempenhado por cada um destes membros do Conselho de Fiscalização, nomeadamente pelo Sr. Deputado Filipe Neto Brandão, que

suscitam a dúvida legítima e fundada de saber se existe ou não um conflito de interesses.

Terminando, Sr. Presidente, em tese, e só em tese, o Sr. Deputado Filipe Neto Brandão poderá ser, em simultâneo, o inquiridor, enquanto membro da Comissão de Inquérito, e o inquirido, ainda que indiretamente, como membro do órgão que fiscaliza quem poderá vir a ser fiscalizado. Isto já para não falar de um conhecimento mais especial, mais sigiloso, mais profundo que o Sr. Deputado possa ter de factos que dizem respeito a este assunto e que outros Srs. Deputados não têm.

Por isso, Sr. Presidente, mesmo para terminar, entendemos que o Sr. Deputado Filipe Neto Brandão não poderá dizer, de forma perentória e dogmática, que não tem nenhum conflito de interesses entre as duas funções que vai desempenhar. Se já o fez por escrito, penso que se coloca com alguma acuidade a questão de saber se o Sr. Presidente deve ou não suscitar a questão à Subcomissão de Ética para que, de forma definitiva, fundamentada, sustentada, se possa decidir se há ou não conflito de interesses.

O PSD não diz que há, apenas suscita a dúvida para que os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito não sejam inquinados por questões laterais que, apesar de tudo, são importantes.

**O Sr. Presidente da Assembleia da República:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Filipe Neto Brandão para se pronunciar sobre esta ocorrência, se assim entender.

**O Sr. Filipe Neto Brandão (PS):** — Sr. Presidente, o Sr. Deputado Carlos Peixoto antecipou-se, na medida em que é evidente que, com a apresentação a esta Comissão, nos termos legais, da declaração de

inexistência de conflito de interesses, a resposta está dada: no entender do próprio, não há qualquer conflito de interesses.

Relativamente ao facto de integrar o Conselho de Fiscalização do Sistema de Informações da República Portuguesa, o ato, para além de ser público, decorre de uma eleição da própria Assembleia da República, portanto, é um facto conhecido de todos.

Os membros do Conselho de Fiscalização do Sistema de Informações da República Portuguesa, nos termos da lei, respondem já perante a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, que é o que está estatutariamente fixado, e, portanto, a circunstância de, enquanto membro do Conselho de Fiscalização, poder prestar quaisquer informações relativas ao exercício de funções decorre da lei e é feita numa Comissão Especializada.

Em síntese, com a formalização da declaração de inexistência de conflito de interesses, penso ter respondido às objeções do Sr. Deputado Carlos Peixoto, que me parecem infundadas. De qualquer maneira, agradeço a manifestação de estima pessoal, que, aliás, é recíproca.

**O Sr. Presidente da Assembleia da República:** — Os Srs. Deputados que são eleitos pela Assembleia da República para órgãos importantes não ficam nem com mais nem com menos valias em relação a outros Deputados. Têm exatamente os mesmos direitos e as mesmas obrigações, porque é na qualidade de Deputados que são eleitos e, portanto, isso não pode prejudicar a sua ação.

O Sr. Deputado António Carlos Monteiro também quer intervir sobre este assunto, pelo que tem a palavra para esse efeito.

**O Sr. António Carlos Monteiro (CDS-PP):** — Sr. Presidente, uma vez que foi suscitada esta questão em relação ao Sr. Deputado Filipe Neto

Brandão, gostaria de dizer que aquilo que o CDS deseja é que os trabalhos da Comissão decorram de forma célere e com normalidade.

Estou certo de que o Sr. Deputado Filipe Neto Brandão, enquanto Presidente da Comissão, saberá pedir escusa, caso tal seja necessário e se alguma questão for suscitada em concreto, sendo certo também que não confundimos os serviços fiscalizados, que, evidentemente, todos antecipamos que venham a ser chamados a esta Comissão, com as funções de fiscalizador que o Sr. Deputado tem.

Por isso mesmo, queríamos que ficasse registada a posição do CDS.

**O Sr. Presidente da Assembleia da República:** — Srs. Deputados, se o Grupo Parlamentar do PSD entender levar alguma questão à Subcomissão de Ética, penso que está no seu direito, mas eu não o farei.

Vamos prosseguir os trabalhos da Comissão, pelo que peço ao Sr. Deputado Filipe Neto Brandão para tomar o seu lugar ao meu lado na Presidência.

*Neste momento, o Deputado do PS Filipe Neto Brandão ocupou o seu lugar na Presidência.*

Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Jornalistas, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Funcionários: Toma hoje posse a Comissão Parlamentar de Inquérito sobre as Consequências e Responsabilidades Políticas do Furto do Material Militar ocorrido em Tancos.

Perante a dimensão e a gravidade do sucedido, é natural e salutar que a Assembleia da República, no seu papel de órgão fiscalizador, procure apurar responsabilidades, bem como retirar conclusões e consequências.

As Forças Armadas estão entre as instituições em que os portugueses mais confiam. Estiveram na origem do atual regime democrático e são um

pilar histórico da identidade nacional. Neste sentido, só têm a ganhar com o apuramento da verdade, que se fará em sede própria e no tempo próprio da justiça.

A esta Comissão de Inquérito, que hoje toma posse, cabe naturalmente escrutinar a atuação da Administração Pública e do Governo neste contexto.

Como Presidente da Assembleia da República, só posso desejar o maior sucesso ao trabalho desta Comissão de Inquérito, na certeza de que os Deputados que a compõem só têm como propósito a busca da verdade. Só os inimigos da liberdade e da democracia têm algo a ganhar com a degradação do espaço público e da imagem das instituições.

Quero, pois, desejar a todos os membros desta Comissão e ao seu Presidente, Deputado Filipe Neto Brandão, um excelente trabalho.

Muito obrigado pela vossa atenção.

*Aplausos do Deputado do PS Jorge Gomes.*

Tem a palavra o Sr. Presidente da Comissão.

O Sr. **Presidente** (Filipe Neto Brandão): — Sr. Presidente da Assembleia da República, queria começar por saudar a sua presença, que muito nos honra, bem como a das Sr.<sup>as</sup> Deputadas e dos Srs. Deputados, dos assessores credenciados e dos funcionários que connosco partilharão este espaço, desejando a todos as maiores venturas no desempenho das funções em que acabam de ser empossados.

Em brevíssimas e telegráficas palavras, queria recordar, sobretudo às Sr.<sup>as</sup> Deputadas e aos Srs. Deputados que, pela primeira vez, são chamados a exercer funções numa comissão parlamentar de inquérito, que, por força de previsão constitucional expressa, as comissões parlamentares de inquérito

estão investidas de poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, que são por elas exclusivamente titulados.

Nessa medida, uma comissão parlamentar de inquérito tem poderes de que o próprio Plenário da Assembleia da República não dispõe e é em homenagem a esses acrescidos poderes que a lei expressamente determina que as Sr.<sup>as</sup> Deputadas e os Srs. Deputados só podem ser substituídos nas suas funções em razão da perda ou suspensão do mandato de Deputado.

Pretende-se, deste modo — e estou certo de que assim será —, que uma comissão parlamentar de inquérito seja um espaço de liberdade acrescida dentro do espaço de liberdade que o exercício do próprio mandato deve ser.

Independentemente das divergências político-partidárias que possamos ter, e que, seguramente, temos, espero que estes trabalhos decorram com a maior elevação e urbanidade, podendo eu oferecer a todos a garantia da maior isenção e rigor que são exigíveis a um Presidente de uma Comissão de Inquérito.

O Sr. Presidente referiu a dignificação do Parlamento e a dignificação das instituições do Estado, o que será, certamente, uma preocupação na mente de todas as Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados.

Recordo que a função desta Comissão de Inquérito é a de, e cito, «identificar e avaliar os factos, os atos e as omissões do XXI Governo Constitucional relacionados direta ou indiretamente com o furto de armas em Tancos», tal como está referido na Resolução da Assembleia da República n.º 304/2018.

Termino, Sr. Presidente, manifestando a garantia da permanente solidariedade institucional dentro daquele que é o quadro que a lei determina e prevê nas relações entre o Presidente de uma Comissão Parlamentar de Inquérito e o próprio Presidente da Assembleia da República.

Portanto, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, desejo a todos um ótimo trabalho.

Sr. Presidente, muito obrigado pela sua presença.

O Sr. **Presidente da Assembleia da República**: — Obrigado e bom trabalho a todos.

*O Presidente da Assembleia da República sai da sala.*

O Sr. **Presidente**: — Excepcionalmente, porque a disposição das Comissões de Inquérito ordinariamente não será assim, convido os Srs. Vice-Presidentes a juntarem-se a mim até ao fim da reunião.

*Neste momento, os Vice-Presidentes José de Matos Rosa e João Vasconcelos ocuparam os seus lugares na Mesa.*

Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, esta reunião tem uma brevíssima ordem de trabalhos, sendo que o primeiro ponto prevê a tomada de posse das Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados.

Relativamente à declaração formal de inexistência de conflito de interesses, recordo que, nos termos da lei, ela é condição para a tomada de posse. Portanto, exorto as Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, que ainda o não tenham feito, para que deixem junto dos serviços a respetiva declaração.

Com a eleição da Mesa fica cumprido o segundo ponto da ordem de trabalhos.

Na convocatória, que não é da responsabilidade do Presidente, está previsto um terceiro ponto que se designa por «Outros assuntos», para a eventualidade de ser necessário discutir qualquer assunto que seja aqui abordado.

De qualquer modo, não havendo, ou prevendo que não haja, outro assunto a tratar, convoco os Srs. Coordenadores, ou a quem os estiver a

representar hoje, para uma brevíssima reunião informal de modo a, antecipando já o seu teor, marcarmos uma reunião para a próxima semana com o intuito da aprovação do regulamento desta Comissão.

Colocando já a questão às Sr.<sup>as</sup> e Srs. Coordenadores, sugiro que essa reunião se realize na quinta-feira da próxima semana, uma vez que nesse dia também haverá reunião plenária e, portanto, todas as Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados estarão cá.

É expectável que a nossa próxima reunião, sendo para a aprovação do regulamento, o qual receberão atempadamente, podendo apresentar quaisquer propostas de alteração, diretamente ou através dos Coordenadores, seja relativamente rápida. Assim, a minha sugestão é no sentido de a marcarmos para o final da manhã de quinta-feira da próxima semana ou para imediatamente a seguir à sessão plenária marcada para as 14 horas e 30 minutos.

Não havendo outro assunto a tratar, peço aos Srs. Vice-Presidentes e aos Coordenadores, ou a quem hoje os esteja a substituir, que se mantenham na sala para uma brevíssima reunião informal.

Agradeço a todas as Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados a sua presença e faço votos de bom trabalho.

Está encerrada a reunião.

*Eram 17 horas e 29 minutos.*

A DIVISÃO DE REDAÇÃO.